



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO *HABEAS CORPUS* Nº 308777-4 - Betânia(Vara Única)

EMBARGANTE: Geraldo Medeiro Rocha

EMBARGADP: Ministério Público do Estado de Pernambuco

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Leopoldo de Arruda Raposo

RELATOR P/O ACÓRDÃO: Des. Roberto Ferreira Lins

PROCURADORA: Drª Eleonora de Souza Luna

**EMENTA:** Penal e Processual Penal. Embargos de Declaração em *Habeas Corpus* Preventivo. Homicídio. Pleito de Revogação da Prisão Preventiva, ao Argumento da Superação, Ante uma Nova Realidade Processual, dos Fatos que Motivaram o decreto Segregativo, Tornando Desnecessária, no Atual Estágio, a Constrição. Acórdão Que não Conheceu do *Mandamus* por Considerá-lo Reiterativo de Pedido Que Afirmava a Ausência dos Pressupostos da Coarctação. Visível Contradição em Relação à Realidade do Processo. Aclarativos Acolhidos, Por Maioria de Votos, Com Efeito Modificativo e Com a Concessão da Ordem. 1. Uma coisa é afirmar, como ocorreu no *Writ* primitivo, que o decreto preventivo não tinha finca em nenhum dos permissórios da custódia cautelar, e, outra, completamente diferente, é de dizer, como está bem expendido no remédio heróico catalisador dos aclaratórios, que aqueles motivos ensejadores da constrição foram superados com uma novel realidade na instrução criminal, praticamente chegando ao seu término, sem nenhum empecilho provocado pelo paciente, o que é vero, trazendo à tona a certeza de que, hoje, a coarctação é completamente desnecessária. 2. Se a nova realidade processual desaconselha a persistência da constrição à liberdade do paciente, o acórdão embargado, que acolheu a tese da postulação reiterativa, não conhecendo do *mandamus*, está em gritante contradição com a realidade do processo, constatação que conduz ao reconhecimento da antinomia e ao provimento dos embargos declaratórios com efeitos modificativos, na extensão de conhecer do *habeas corpus* e de conceder a ordem preventiva, para garantir ao embargante/paciente o direito de responder, em liberdade, aos termos da ação penal de nº 0000139-21.2010.8.17.0270, mediante compromisso de comparecimento a todos os atos processuais, expedindo-se em seu favor salvo-conduto vinculado. 3. Embargos de declaração providos. Decisão por maioria.

### A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração no *Habeas Corpus* n.º 308777-4, da Comarca de Betânia, em que são partes as acima indicadas. Acordam, por maioria de votos, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em Sessão do dia 03.09.2013, em dar provimento aos aclaratórios, tudo de acordo a ementa e com os votos insertos nos autos, que passam a compor o julgado.

Recife, 03/09/2013

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator pro Acórdão



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL**  
**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 308777-4**  
**EMBARGANTE: GERALDO MEDEIRO ROCHA**  
**EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELEONORA DE SOUZA LUNA**

### RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **GERALDO MEDEIRO ROCHA** contra acórdão desta 1ª Câmara Criminal que não conheceu do *habeas corpus* impetrado por se tratar de reiteração de pedido, uma vez que a matéria discutida nos autos já foi analisada em *writ* anteriormente impetrado e já julgado.

O Recorrente alega às fls. 205/210 que o impetrante não atacava a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, mas que esta decisão estava superada pela nova situação fática. Em outras palavras, que o *habeas corpus* impetrado não se referia aos fundamentos do decreto, mas sobre as razões para a manutenção da custódia cautelar, as quais se encontram superadas.

Assevera que o paciente sofre coação ilegal por estar na iminência de ser preso em função de decreto preventivo cujas razões estão superadas e que sua liberdade não atenta contra a ordem pública nem é inconveniente à instrução criminal. Por tais motivos, requer o conhecimento e provimento dos presentes embargos com efeitos prequestionadores e modificativos, a fim de conhecer da impetração e conceder a ordem.

Contrarrazões do MP às fls. 215/218 no sentido de que o embargante pretende, com a utilização de recurso integrativo-retificador, nova valoração de provas e rediscussão de matéria clara e objetivamente apreciada no julgamento do *writ*, razão pela qual pugna pela rejeição do presente recurso.

É o relatório.

Recife, 26 de agosto de 2013.

Leopoldo de Arruda Raposo  
Desembargador Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL**  
**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 308777-4**  
**EMBARGANTE: GERALDO MEDEIRO ROCHA**  
**EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELEONORA DE SOUZA LUNA**

**VOTO**

O embargante pretende obter, via embargos declaratórios, manifestação colegiada acerca de questão que entende ter sido contraditória no acórdão, uma vez que em sede de decisão interlocutória (fls. 139/142) deferiu-se a liminar determinando a expedição de alvará de soltura em favor do paciente Geraldo Medeiro por reconhecer que o decreto preventivo estava superado pelos novos fatos e, no mérito, não conheceu do writ.

Não assiste razão ao Recorrente.

Isso porque não há nenhuma contrariedade na decisão atacada.

Embora tenha sido concedida a liminar, esta foi, ao final, cassada, uma vez que se constatou que o impetrante repetiu em sua petição os mesmos argumentos já apresentados em outro HC, que examinado por colegiado deste Tribunal, foi negado. Assim, não se conheceu do writ.

Na realidade, quer o Embargante rediscutir o posicionamento adotado pela Câmara quando do julgamento do recurso, buscando conferir efeito infringente à espécie recursal oposta.

Todavia, como reiteradamente vem decidindo esta Corte, os embargos declaratórios, só se prestam a complementar a decisão embargada, não servindo para rediscutir matérias que já foram examinadas no acórdão.

Nesse sentido:

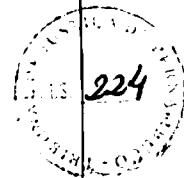
"Nos embargos declaratórios não se modifica o julgado, nem em seu alcance, nem em sua conclusão; apenas se o aclara, seja desfazendo a dúvida, eliminando a contradição ou acabando com a contrariedade" (JC 14/213, Des. Osny Caetano).

Ou:



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



"Sendo os embargos de declaração um recurso de natureza estrita, não se pode, através dele, renovar discussão sobre questões julgadas no mérito, para corrigir ou alterar qualquer fundamento constante do acórdão, ou modificar-lhe a conclusão" (RF 250/327).

Desse modo, se a parte discorda dos fundamentos utilizados no acórdão, deve socorrer-se à via recursal adequada e não utilizar os embargos declaratórios com a evidente finalidade de rediscutir o acerto da decisão.

Nesse sentido:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. SÚMULA 267/STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM POR SEREM INTEMPESTIVOS. PRAZO. DOIS DIAS. APLICAÇÃO DAS REGRAS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO NÃO CONHECIDO. EXTEMPORANEIDADE. VÍCIOS INEXISTENTES. EFEITOS INFRINGENTES. DESCABIMENTO.**

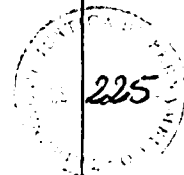
1. Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão "ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão", não sendo possível o seu manejo para rediscutir questões anteriormente decididas.

2. No caso, o acórdão impugnado encontra-se fundado em reiterada compreensão do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o recurso de embargos declaratórios, quando versarem sobre matéria penal, mesmo em sede de mandado de segurança, segue o rito do art. 619 do Código de Processo Penal, e deve ser interposto no prazo de 2 dias a partir da publicação do *decisum*.

3. De notar, ainda, que o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.

4. Ademais, segundo a jurisprudência desta Corte e a do Supremo Tribunal Federal, o manejo de embargos declaratórios para fins de prequestionamento, com vistas a interposição de recurso extraordinário, somente pode ser acolhido se presentes alguns dos vícios do art. 619 do CPP, situação não configurada no caso concreto.

5. Por fim, cumpre ressaltar, novamente, a falta de interesse recursal no caso sob exame, já que o mandado de segurança ajuizado pelo Ministério Público foi julgado extinto pela Corte de origem, em face do disposto na Súmula 267/STF, tendo o sucumbente se conformado com o *decisum*, o que revela a manifesta falta de interesse recursal da parte vencedora.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

6. Embargos de declaração rejeitados. (STJ, EDcl no AgRg no RMS 19.179/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 20/06/2013, DJe 05/08/2013)

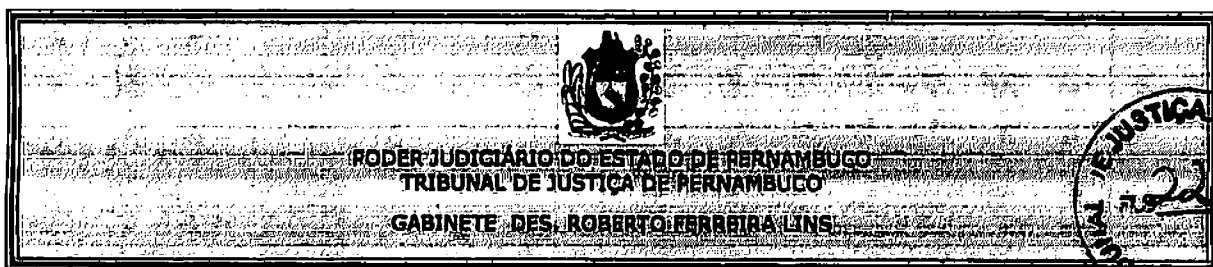
PROCESSUAL PENAL - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO - EFEITOS INFRINGENTES - IMPOSSIBILIDADE - INÉPCIA DA DENÚNCIA - AUSÊNCIA. 1. **Inviáveis os declaratórios, que pretendem rediscutir matéria já examinada, sem apresentar razões hábeis a evidenciar a configuração de qualquer das hipóteses do art. 619 do CPP. Evidente busca de efeitos infringentes por quem não se conformou com o resultado do julgado.** 2. Consta da exordial acusatória a imputação da prática do crime de formação de quadrilha por parte dos agentes denunciados no denominado "Evento Sergipe". 3. Eventual inépcia da exordial acusatória somente pode ser acolhida quando demonstrada inequívoca deficiência, impedindo a compreensão da acusação, o que não se vislumbra no caso concreto em relação aos embargantes. 4. Embargos de declaração opostos por Flávio Conceição de Oliveira Neto, José Ivan de Carvalho Paixão, João Alves Filho, João Alves Neto, Renato Conde Garcia e Victor Fonseca Mandarinó rejeitados. 5. Embargos declaratórios opostos por Max José Vasconcelos de Andrade, Ricardo Magalhães da Silva, Sérgio Duarte Leite e Zuleido Soares Veras acolhidos, sem efeitos modificativos, tão-somente para prestar esclarecimentos. (STJ, EDcl na APn 536/BA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/05/2013, DJe 20/05/2013)

Incabível, portanto, a insurgência manifestada, pois os embargos de declaração têm a finalidade única de aclarar o acórdão, não se admitindo a sua utilização para rediscutir a matéria que já foi claramente decidida, de sorte a modificar sua natureza original.

Portanto, uma vez que foi devidamente enfrentada e fundamentada no acórdão embargado a questão objeto dos presentes aclaratórios, entendo que estão ausentes os requisitos elencados no artigo 619 do CPP e, em decorrência, conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos, **mas voto pela sua rejeição.**

Recife,

  
Leopoldo de Arruda Raposo  
Desembargador Relator



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS Nº 308777-4 – Betânia (Vara Única)

EMBARGANTE: Geraldo Medeiro Rocha

EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTDO DE PERNAMBUCO

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Leopoldo de Arruda Raposo

PROCURADORA: Drª Eleonora de Souza Luna

### VOTO/VISTA

Senhores Desembargadores, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Pedi vista dos autos dos presentes autos, depois do voto do insigne Des. Relator, máxime para uma análise mais aprofundada da insurgência aclaratória modificativa no *habeas corpus* preventivo de nº 308777-4, da Comarca de Betânia, no qual figura como paciente Geraldo Medeiro Rocha, acusado da prática, em coautoria, do homicídio que vitimou José Milton Gomes de Holanda.

O eminente Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo votou no sentido da rejeição dos embargos declaratórios, por entender que o não conhecimento do HC de nº 308777-4 teve lugar diante da constatação de que o fundamento do enfocado *mandamus* já tinha sido analisado e rechaçado no *Writ* de nº 218319-3, da relatoria do inclito Desembargador Fausto de Castro Campos.

Lamento divergir do preclaro Desembargador Relator, pois constato que os ilustres impetrantes motivaram o *habeas corpus* de nº 308777-4 na assertiva muito clara da superação, ante uma nova realidade processual, daqueles fatos que fundamentaram o decreto preventivo primevo, considerando que o paciente, por força de liminares de soltura, compareceu a todos os atos processuais sem causar qualquer empeco à instrução criminal e sem ameaçar a ordem pública, trazendo à baila a completa desnecessidade da medida extrema, inclusive sob o pálio do princípio da presunção de inocência, sem que fique no esquecimento que o paciente é primário, não apresenta antecedentes criminais, e tem residência fixa e ocupação definida no distrito da culpa.

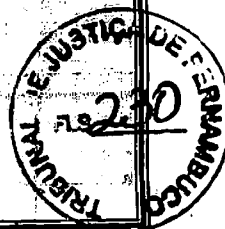
Uma coisa é afirmar, como ocorreu no *Writ* primitivo, que o decreto preventivo não tinha finca em nenhum dos permissórios da custódia cautelar, e outra, completamente diferente, é dizer, como está bem expendido neste remédio heróico, que aqueles motivos ensejadores da constrição foram superados com uma novel realidade na instrução criminal, praticamente chegando ao seu término, sem nenhum empecilho provocado pelo imputado, que vinha comparecendo a todos os atos do processo.

Mesmo tendo participado do julgamento que não conheceu, à unanimidade, do *habeas corpus* de nº 308777-4, sinto-me no dever, inspirado na humildade da revisitação mais acurada da matéria, de declarar, agora, a minha persuasão inabalável de que o *mandamus* em apreço não é reiterativo,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS



especialmente porque tem como novo fundamento o afastamento, dada a nova realidade processual, dos permissivos que orientaram o decreto constitutivo primevo.

A minha consciência de magistrado não pode transigir com a injustiça que o paciente está, no atual estágio, a sofrer, exposto a uma espada de Dâmoçles de uma coarctação hoje completamente desnecessária e que corporifica odiosa antecipação da pena, incompatível com o princípio da presunção de inocência.

Ora, se a nova realidade processual desaconselha a persistência da constrição à liberdade de locomoção do paciente, o acórdão embargado, que acolheu a tese da postulação reiterativa, não conhecendo do *Writ*, está em gritante contradição com a realidade do processo, visto que os fundamentos dos dois *mandamus* são, a todas luzes, diversos.

Cuido, dessa forma, que há engano evidente no acórdão embargado em reconhecer como reiterativo *habeas corpus* impetrado com fundamentação diferente daquela inserta em *Writ* anterior.

O Superior Tribunal de Justiça, sobre o tema já externou o seguinte pensamento:

***"De acordo com o art. 535 do CPC, os embargos declaratórios são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, ou quando for omitido ponto sobre o qual se devia pronunciar o juiz ou tribunal. Também as inexatidões materiais e os "erros evidentes" são sanáveis pela via dos embargos de declaração, consoante a jurisprudência e a doutrina" (EDcl no REsp 1359259/SE, Rel. Min. Mauro Campbell, Segunda Turma, J. 02.05.2013, DJe 07.05.2013).***

Posto isso, lamentando, uma vez mais, dissentir do ilustre Desembargador Relator, reconheço, sem perplexidez, a contradição do acórdão objurgado em relação à realidade do processo, para conferir, como confiro, provimento aos presentes embargos declaratórios com efeitos modificativos, na extensão de conhecer do *habeas corpus* de nº 308777-4, e de conceder a ordem preventiva, para garantir ao paciente o direito de responder, em liberdade, aos termos da ação penal de nº 0000139-21.2010.8.17.0270, mediante termo de compromisso de comparecimento a todos os atos processuais, expedindo-se em seu favor salvo-conduto vinculado.

É como voto

Recife, 03/09/2013

Des. Roberto Ferreira Lins